Norma sancionada neste mês determina que empregadores informem funcionários sobre campanhas de vacinação, HPV e cânceres de mama, colo do útero e próstata

A prevenção em saúde passou a ocupar, oficialmente, mais espaço dentro das empresas. Publicada no início de abril, a Lei 15.377/26 determina que empregadores disponibilizem a seus funcionários informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, colo do útero e próstata, além de orientações sobre acesso a exames e serviços de diagnóstico1. Na prática, a mudança altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e reforça uma percepção cada vez mais urgente na medicina: cuidar da saúde não pode seguir sendo uma decisão adiada para “quando der tempo”.

“Na prática, a nova regra aproxima a prevenção da rotina e ajuda a enfrentar um dos principais obstáculos do cuidado no Brasil: o adiamento. Quando o acesso é incentivado, aumentam as chances de diagnóstico precoce e de adesão a medidas preventivas que fazem diferença real na saúde, especialmente em doenças que têm alta incidência na população brasileira e apresentam melhores desfechos quando identificadas precocemente”, afirma a Dra. Maria Isabel de Moraes-Pinto, infectologista e consultora de vacinas na Dasa.

Em boa parte das doenças citadas pela nova legislação, o tempo muda o desfecho. Quando descobertos em fases iniciais, cânceres como os de mama, colo do útero e próstata costumam apresentar taxas de sobrevida muito superiores às observadas em estágios avançados, o que transforma rastreamento, acesso e informação em ferramentas decisivas.

Os números ajudam a dimensionar esse impacto. No câncer de mama, por exemplo, a sobrevida relativa em cinco anos supera 99% quando o tumor é localizado, caindo de forma importante à medida que a doença avança2. No tumor do colo do útero, a sobrevida em cinco anos chega a cerca de 91% quando o diagnóstico ocorre em estágio localizado3. Já no câncer de próstata, a sobrevida em cinco anos também é superior a 99% nos casos localizados, reforçando o quanto a detecção em tempo oportuno pode mudar a trajetória clínica4.

No caso do câncer de colo do útero, a discussão ganha um peso adicional porque a doença está diretamente associada, na maior parte dos casos, à infecção persistente pelo HPV, um vírus extremamente comum e, muitas vezes, silencioso. Isso faz da prevenção um campo ainda mais robusto: além do rastreamento, há hoje a possibilidade concreta de evitar a infecção pelos tipos virais mais associados ao câncer.

“A vacinação contra o HPV pode prevenir mais de 90% dos cânceres causados pelo vírus. E esse benefício vai muito além do colo do útero: a imunização também protege contra cânceres de ânus, pênis, vulva, vagina e está associada à prevenção de parte dos tumores de orofaringe”, ressalta a infectologista.

É justamente por isso que ampliar o acesso à informação e ao rastreamento faz tanta diferença. Quando alterações relacionadas ao HPV são identificadas cedo, há uma janela maior para acompanhamento e tratamento antes da progressão da doença. E esse cuidado passou, nos últimos anos, a contar também com soluções mais aderentes à vida real, como o teste de autocoleta para HPV, que amplia as possibilidades de rastreamento ao permitir que a própria mulher realize a coleta da amostra — uma estratégia que tende a reduzir barreiras de acesso, vergonha, logística e adiamento.

“Quando falamos em câncer de colo do útero, estamos falando de uma doença que, em grande parte dos casos, pode ser evitada ou identificada precocemente. O HPV tem papel central nesse processo, e por isso a informação, a vacinação e o rastreamento adequado fazem tanta diferença”, diz a médica.

Gripe, influenza e outras síndromes respiratórias

A nova lei também chega em um momento oportuno para reforçar outra frente importante da prevenção: a proteção contra doenças respiratórias, especialmente em períodos de maior circulação viral. Com a retomada mais ampla do trabalho presencial e a sazonalidade de infecções respiratórias, a vacinação contra gripe volta a ganhar relevância dentro e fora do ambiente corporativo — sobretudo entre idosos e pessoas com maior vulnerabilidade clínica.

Nesse contexto, a Efluelda, vacina de alta dose contra a gripe indicada para pessoas idosas, entra como exemplo de estratégia voltada à proteção de grupos com maior risco de complicações. Mas, como reforçam especialistas, a prevenção não se resume a uma aplicação. Ela é construída pela combinação de medidas que ajudam a reduzir exposição, transmissão e agravamento de doenças.

“Quando falamos em prevenção, não estamos falando de uma ação isolada, mas de um cuidado contínuo. A vacina é central, mas ela se soma a hábitos e decisões que ajudam a reduzir exposição, transmissão e complicações, especialmente entre quem já tem uma vulnerabilidade maior”, explica a Dra. Maria Isabel de Moraes-Pinto.

Além da proteção contra a gripe e suas complicações respiratórias, a vacinação contra influenza tem sido associada, em diferentes estudos observacionais e metanálises, a menor risco de eventos cardiovasculares e cerebrovasculares em alguns grupos, especialmente entre pessoas mais velhas e com doenças crônicas. Há evidências de redução de eventos como infarto e AVC após a vacinação, além de estudos recentes que apontam associação com menor risco de demência incidente, incluindo doença de Alzheimer e demência vascular. Embora essas associações não mudem a principal indicação da vacina — a prevenção da gripe e de suas complicações —, elas ampliam a compreensão sobre o impacto sistêmico da imunização na saúde ao longo do envelhecimento 5-8.

Essa lógica se conecta a um movimento mais amplo da saúde, que vem tentando aproximar o cuidado da rotina real das pessoas. Exames, rastreamento, acompanhamento e até alguns modelos de tratamento têm avançado em direção a formatos mais acessíveis, incluindo o atendimento domiciliar e, em alguns contextos, modalidades de infusão em casa, o que amplia a possibilidade de adesão ao cuidado e reduz a chance de abandono ou postergação.

Entre as principais estratégias da prevenção continuam estando medidas simples, mas decisivas: vacinação, rastreamento adequado, higienização frequente das mãos, atenção aos sintomas, etiqueta respiratória, além da manutenção do acompanhamento médico regular, especialmente entre pessoas com doenças crônicas, idosos e grupos mais vulneráveis.

Ao colocar vacinação, HPV, câncer e exames preventivos na mesma conversa, a nova legislação reforça uma mudança importante: a prevenção deixou de ser apenas uma recomendação de consultório e passou a ser, também, uma agenda de rotina, acesso e cultura. E, em saúde, quase sempre é isso que separa o cuidado em tempo certo do cuidado tardio.

Referências

1. BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei determina que empresas divulguem campanhas de conscientização sobre vacinas, HPV e câncer**. Brasília, DF, 6 abr. 2026. Disponível em: Link. Acesso em: 8 abr. 2026.

2. AMERICAN CANCER SOCIETY. **Breast cancer survival rates**. Atlanta, 2024. Disponível em: Link. Acesso em: 8 abr. 2026.

3. AMERICAN CANCER SOCIETY. **Survival rates for cervical cancer**. Atlanta, 2024. Disponível em: Link. Acesso em: 8 abr. 2026.

4. AMERICAN CANCER SOCIETY. **Survival rates for prostate cancer**. Atlanta, 2024. Disponível

em: Link. Acesso em: 8 abr. 2026.

5. VIRANI, Salim S. et al. **Heart disease and stroke statistics—2021 update: a report from the American Heart Association**. Circulation, Dallas, v. 143, n. 8, 2021. DOI: https://doi.org/10.1161/CIR.0000000000001009.

6. JAMA Network Open, Chicago, 2022. Disponível em: Link. Acesso em: 8 abr. 2026.

7. European Respiratory Journal, Sheffield, v. 51, n. 3, 2018. Disponível em: Link. Acesso em: 8 abr. 2026.

8. NPJ Vaccines, [s.l.], 2024. Disponível em: Link. Acesso em: 8 abr. 2026.

Fonte: Bowler, em 09.04.2026